

## CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em consonância com as regras estabelecidas na Instrução Normativa BCB No. 236, de 17 de fevereiro de 2022, a KSK Administradora de Consórcio Ltda., está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2025.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada;
- Demonstração das Variações nas Disponibilidade de Grupos Acumulada Consolidada;
- Notas Explicativas da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria em 21 de agosto de 2025 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico ([www.kskconsorcio.com.br](http://www.kskconsorcio.com.br)), em 30 de setembro de 2025.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos encaminhados.

YVONNE  
KASINSKY:9108  
3532804

Assinado de forma digital  
por YVONNE  
KASINSKY:91083532804  
Data: 2025.09.30  
10:16:13 -03'00'

Yvonne Kasinsky  
Administradora

gov.br

LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES

Data: 29/09/2025 15:43:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Andrade Coelho Rodrigues  
Administrador

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUIS MARCOS DA COSTA

Data: 29/09/2025 15:24:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

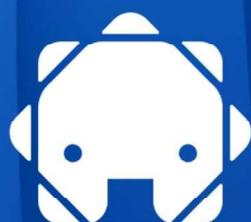
Luís Marcos da Costa  
Administrador

Vincent da Silva Beraldo  
Contador – CRC/SP: 352061/O-5

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

KSK Administradora de  
Consórcio Ltda.

30/06/2025



**ksk**  
Consórcio



Casas



Carros



Pesados



Serviços

## Sumário

Relatório da Administração .....	4
Demonstrações Financeiras .....	6
Balanço Patrimonial .....	6
Demonstração do Resultado .....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente .....	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	10
Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada .....	11
Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada .....	12
Notas Explicativas da Administração .....	13
Relatório do Auditor Independente .....	25

## Relatório da Administração

### Senhores Cotistas e Administradores:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Contábeis da KSK Administradora de Consórcio Ltda., e dos Grupos de Consórcios que administra, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Nosso desempenho

No semestre findo em 30.06.2025 tínhamos sob nossa administração 23 grupos de consórcio em andamento, distribuídos em 10 grupos de automóveis, 4 grupos de caminhões, 1 grupo de motocicletas, 6 grupos de imóveis, 1 grupo de serviços e 1 grupo de eletroeletrônicos, totalizando 19.171 cotas ativas, sendo destas 3.978 de consorciados contemplados. No período foram entregues 3.444 bens.

### Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30.06.2025, o Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ 18.159.306,82. O prejuízo líquido apresentado no semestre foi de (R\$ 2.661.005,56). O resultado ficou dentro das previsões dos administradores, devido a aplicação relevante de recursos em ações maciças de marketing (patrocínios, publicidades, participação em eventos e congressos temáticos, etc.), com vistas a inserção e maior ampliação da marca no mercado de consórcio; honorários judiciais e de consultoria administrativa/mercadológica; baixa de créditos não recebidos em cobrança judicial; indenizações diversas a consorciados; desenvolvimento, manutenção e aquisição de licenças de softwares, tanto na Matriz como na Filial de Goiânia/GO; e pagamento de comissões pela comercialização de novas cotas de consórcio, com ações comerciais diferenciadas, especialmente com a utilização de mídias sociais.

### Ativos e Passivos

Em 30.06.2025, os ativos totais atingiram o montante de R\$ 48.276.032,33. Desse montante, R\$ 2.272.949,85 estão aplicados em Títulos e Valores Mobiliários, considerando os bloqueios judiciais, no montante de (R\$ 802.766,54) e ajuste ao valor justo, no montante de (R\$ 671.290,25).

Em 30.06.2025, o passivo atingiu o montante de R\$ 30.116.725,51. Desse montante, R\$ 3.889.561,11, refere-se a provisão para passivos contingentes e R\$ 22.603.100,39 a taxa de administração futura, apropriada em atendimento ao CPC 47.

### Perspectivas

A Administração prevê para o próximo semestre a ampliação de número maior de consorciados, condições diferenciadas na oferta de novos produtos, ações comerciais atrativas e ampliação da área de atuação a nível nacional, incluindo abertura de filial, considerando os diversos segmentos inseridos no seu plano de negócios.

Estão em estudos novas metodologias de relacionamento com os representantes parceiros, para obter melhorias no acompanhamento da produtividade, qualidade das vendas e, conseqüentemente, aumento no percentual de retenção de novos clientes consorciados.

### Outras Informações

A contratação de serviços relacionados a auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (I) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho. (II) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente. (III) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. (IV). Necessidade de aprovação de quaisquer serviços pela diretoria-executiva ou comitê de auditoria, se existente.

### **Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos administradores, parceiros comerciais e clientes, pelo apoio, confiança e credibilidade dispensadas. Aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo que contribuíram para os resultados obtidos.

Barueri (SP), 30 de junho de 2025.

A Administração.

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	Notas	30/06/2025
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>47.603</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>1</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>		<b>2.273</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>45.329</b>
Rendas a Receber	3.1 a	35.859
Créditos Diversos	3.1 b	9.470
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>673</b>
<b>PERMANENTE</b>		<b>673</b>
Imobilizado	3.2 a	526
Intangível	3.2 b	147
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>48.276</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>30.117</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>30.117</b>
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	3.3 a	2.814
Obrigações p/ Recursos de Consórcio	3.3 b	22.605
Provisão p/ Pagamento a efetuar	3.3 c	748
Passivos Contingentes	3.3 d	3.890
Credores Diversos	3.3 e	60
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>18.159</b>
Capital Social		3.664
Lucros ou Prejuízos Acumulados		14.495
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>48.276</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
 (em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre 2025
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>62.269</b>
- Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	233
- Receitas de Prestação de Serviços	61.227
- Outras Receitas Operacionais	809
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(64.917)</b>
- Despesas de Pessoal	(4.996)
- Despesas Administrativas	(57.037)
- Despesas Tributárias	(2.469)
- Depreciações e Amortizações	(107)
- Outras Despesas Operacionais	(308)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(2.648)</b>
<b>DESPESA NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(1)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>(2.649)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(12)</b>
- Provisão para Imposto de Renda	(8)
- Provisão para Contribuição Social	(4)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(2.661)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre 2025
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>20.820</b>
Capital social	3.664
Lucros ou Prejuízos Acumulados	17.156
Aportes efetuados no semestre/exercício	-
Lucro líquido do semestre/exercício	-
Prejuízo líquido do semestre/exercício	(2.661)
Ajustes credores de períodos anteriores	-
Ajustes devedores de períodos anteriores	-
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO SEMESTRE</b>	<b>18.159</b>
Capital social	3.664
Lucros ou Prejuízos Acumulados	14.495

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
(em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre 2025
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	(2.661)
Outros resultados abrangentes	-
<b>SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO SEMESTRE</b>	<b>(2.661)</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 (em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre 2025
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(2.661)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>107</b>
Depreciação e amortização	107
<b>Aumento (Redução) nos ativos operacionais:</b>	<b>(696)</b>
Contas a receber de clientes	(2.463)
Créditos Diversos	1.767
<b>Aumento (Redução) nos passivos operacionais:</b>	<b>2.011</b>
Fornecedores	64
Impostos a recolher	461
Salários, provisões e encargos sociais	150
Outras obrigações e contas a pagar	1.336
<b><u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u></b>	<b><u>(1.239)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b><u>(10)</u></b>
Baixa de outros investimentos	1
Aquisição de Ativos	-
Aquisição de imobilizado e adições ao diferido	(11)
<b><u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u></b>	<b><u>(1.249)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de Financiamento</b>	
Aumento (Redução) em financiamentos	-
Aportes de sócios	-
<b><u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b><u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO</u></b>	<b><u>(1.249)</u></b>
<b><u>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES</u></b>	<b><u>(1.249)</u></b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.523
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	2.274

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO**  
 (em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2025
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>218.405</b>
DISPONIBILIDADES	826
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	45.466
OUTROS CRÉDITOS	172.113
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>6.108.050</b>
PREV. MENSAL DE REC. A REC. CONSORCIADOS	14.883
CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO GRUPO	3.110.879
VALOR DOS BENS OU SERVIÇOS A CONTEMPLAR	2.982.288
<b>TOTAL GERAL DO ATIVO</b>	<b>6.326.455</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>218.405</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>218.405</b>
OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS	73.278
VALORES A REPASSAR	6.777
OBRIGAÇÕES POR CONTEMPL. A ENTREGAR	40.042
RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS	80.629
OBRIGAÇÕES COM A ADMINISTRADORA	211
RECURSOS DOS GRUPOS	17.468
<b>COMPENSAÇÃO</b>	<b>6.108.050</b>
RECURSOS MENSAIS A REC. CONSORCIADOS	14.883
OBRIGAÇÕES DO GRUPO POR CONTRIBUIÇÕES	3.110.879
BENS OU SERVIÇOS A CONTEMPLAR	2.982.288
<b>TOTAL GERAL DO PASSIVO</b>	<b>6.326.455</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS**  
 (em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	1º Semestre2024
<b>DISPONIBILIDADES início do exercício</b>	<b>39.075</b>
Caixa	-
Depósitos Bancários	86
Aplicações Financeiras do Grupo	3.171
Aplicações Financeiras Vinc. Contempl.	35.818
<b>(+) RECURSOS COLETADOS</b>	<b>125.418</b>
Contribuições para Aquisição de Bens	59.855
Taxa de Administração	60.947
Contribuições ao Fundo de Reserva	834
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.150
Multas e Juros Moratórios	205
Prêmios de Seguro	968
Custas Judiciais	134
Despesas Registro Contrato Garantia	-
Outros	325
<b>(-) RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>118.201</b>
Aquisição de Bens	57.064
Taxa de Administração	59.319
Multas e Juros Moratórios	105
Prêmios de Seguros	981
Custas Judiciais	250
Devolução a Consorciados Desligados	251
Despesas Registro Contrato Garantia	-
Outros	231
<b>DISPONIBILIDADES final do exercício</b>	<b>46.292</b>
Caixa	-
Depósitos Bancários	826
Aplicações Financeiras do Grupo	5.424
Aplicações Financeiras Vinc. Contempl.	40.042

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 1- CONTEXTO OPERACIONAL

A KSK Consórcio é uma sociedade limitada que atua no mercado de consórcio regulamentado pelo Banco Central do Brasil, e tem como objeto a constituição, organização e administração de grupos de consórcio que se destinem a aquisição de bens móveis, de fabricação nacional e estrangeira, de bens imóveis, de serviços, e eletroeletrônicos, por meio de autofinanciamento, em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes.

Filial Goiânia: Rua 200, S/No., Quadra 003-B, Lote 001-E, Edifício Manhattan Center, Loja 01, Cidade Vera Cruz, Centro Empresarial Village, CEP: 74934-615, Aparecida de Goiânia-GO-CNPJ/MF: 62.798.475/0001-94.

### 2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com as normas do Comitê Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos, respectivamente, elaboradas conforme a Resolução Bacen no. 002/2020. A referida norma, em outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrências de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

### 3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

#### a)- Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate líquido.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pró rata dia e calculadas com base no método exponencial.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos e pelo efetivo compromisso de pagamento

#### b)- Ativo e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pró-rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos de valores mobiliários estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos. Os valores a receber estão apresentados pelos seus custos de aquisição, sendo objeto de provisão para perdas ou valor recuperável do ativo quando necessário ou exigido em normas aplicáveis.

#### **c)- Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da apresentação dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de recursos em conta corrente, aplicações financeiras de liquidez e conversabilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

#### **d)- Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, e está sujeito a avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores, e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### **d-1)- Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Equipamentos de Comunicação a taxa de 10% ao ano, Computadores e Periféricos a taxa de 20% ao ano.

##### **d-2)- Intangível**

Os gastos com a cessão de direitos de uso para licenças de software e desenvolvimento logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

#### **e)- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações legais**

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades operacionais, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança com base na natureza, complexidade, histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, com base nas melhores informações disponíveis.

Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas. Para as provisões cujo risco de perda é remota, não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

#### **f)- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**

O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e registrados em despesas tributárias. As receitas financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS), respectivamente.

#### **g)- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo com o IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240.000,00 e R\$ 120.000,00 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal.

#### **h)- Outros Ativos e Passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e

mensuráveis, inclusive 13º salário e férias acrescidos dos encargos sociais e variações monetárias incorridas.

#### **i)- Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Resultado não recorrente é o que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros (Ex.: Venda de Ativos, Créditos Fiscais, Indenizações Judiciais, Reparos e Reformas Não Planejadas em Instalações, Provisões, etc.). O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### **j)- Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis.

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

A entidade não apresentou eventos subsequentes aos saldos e movimentações apresentadas em 30.06.2025, bem como após aquela data.

#### **k)- Transações com Partes Relacionadas**

A entidade não mantém transações operacionais e financeiras com partes relacionadas, direta ou indiretamente.

#### **l)- Gerenciamento de Riscos**

Gerenciamento de risco tem como finalidade orientar todos os colaboradores envolvidos quanto as ações que visam reduzir às exposições aos riscos, com intuito de assegurar que a identificação, análise, avaliação e gerenciamento dos riscos, sejam detectados e tratados antes de alguma perda irreversível, sendo parte altamente estratégica do negócio por conta da complexidade dos serviços e produtos, sempre buscando as melhores práticas, criando e aplicando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

### **3.1. Contas do Ativo Circulante Apresentadas no Balanço**

#### **a)- Rendas a Receber**

A rubrica está composta por valores a receber de terceiros e pode ser assim desmembrada:

<b>CONTA</b>	<b>Jun/2025</b>
Taxa Administração a Receber	2.080.203
Taxa Administração a Receber-Res. 120/21 e CPC 47 (I)	23.121.530
Comissões S/ Vendas de Consórcios-Resolução BCB 120/21/CPC 47(II)	10.657.086
<b>TOTAL</b>	<b>35.858.819</b>

I)- Refere-se a taxa de administração futura a apropriar sobre parcelas não pagas de consorciados contemplados, registrada pelo regime de competência, conforme Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

II)- Refere-se ao percentual de comissões pagas sobre as vendas das cotas contempladas, a apropriar proporcionalmente ao prazo da respectiva cota, registrado em atendimento a Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

#### **b)- Diversos**

A rubrica está composta por valores diversos e pode ser assim desmembrada:

<b>CONTA</b>	<b>Jun/2025</b>
Adiantamento e Antecipações Salariais (I)	23.360
Bloqueios Judiciais (II)	2.181.300
Depósitos em Garantia (III)	203.900
Impostos a Compensar (IV)	14.494

Impostos a Recuperar (V)	389.468
PerdComp (VI)	1.801.823
Pagamentos Diversos (VII)	105.482
Adiantamento a Fornecedores (VIII)	34.618
Cotas de Consórcio (IX)	4.137.602
Empréstimos a Grupos Encerrados (X)	367.084
Empréstimo Grupos Ativos (XI)	211.255
<b>TOTAL</b>	<b>9.470.386</b>

- I)- Adiantamento de férias a serem gozadas pelos funcionários, proporcionais aos períodos aquisitivos.
- II)- Refere-se a bloqueios e depósitos judiciais efetuados nas contas correntes bancárias da empresa e conta vinculada dos grupos de consórcio, referentes a processos judiciais de consorciados de grupos encerrados e em andamento.
- III)- Corresponde a garantia locatícia e depósito caução dos imóveis locados para a administração da empresa, correspondente aos andares 9º. e 15º.
- IV)- Valores de recolhimentos antecipados do IRPJ e CSSL, conforme opção pelo Lucro Real com ajuste anual, com levantamento de balancetes mensais para redução/suspensão dos pagamentos.
- V)- Refere-se ao IRRF e IOF debitados sobre os rendimentos de aplicações financeiras, apropriados em atendimento a legislação vigente, para futura compensação e débito em conta de resultado, no caso do IOF.
- VI)- Saldo credor do IRPJ e CSSL de exercícios anteriores, com pedido de compensação através de PerComp, aguardando homologação da autoridade fiscalizadora para a devida baixa.
- VII)- Pagamentos efetuados em duplicidade, a maior, e indevidos a fornecedores de bens e serviços, os quais estão sendo cobrados em Processo judicial.
- VIII)- Adiantamentos feitos por conta de serviços a serem prestados, relativos locação e montagem de stande em feiras temáticas, diárias de hotel, mensalidade do sistema de contato com consorciado, cursos e exames médicos, e postagem de anúncios e publicidade na Internet.
- IX)- Cotas de consórcio adquiridas de clientes consorciados, provenientes de acordos extra-judiciais em pedidos de restituição de valores pagos, com cancelamento posterior. As cotas ficam disponíveis para negociação a novos clientes consorciados ou aguardando contemplação ao final do prazo de encerramento dos respectivos grupos, em atendimento a normas vigentes.
- X)- Refere-se a aporte de recursos aos grupos encerrados com insuficiência financeira para devolução aos consorciados ativos e desistentes, sujeitos a ressarcimento futuro na cobrança dos consorciados inadimplentes. Está previsto o recebimento de saldos devedores, no montante de R\$ 2.411.753,45. Caso não tenha êxito na cobrança dos referidos débitos, os valores serão apropriados a conta de resultado (Despesa). Total apropriado neste Semestre: R\$ 199.562,06.
- Total Empréstimos-30.06.2025 R\$ 2.100.877,86
- (-) Provisão P/ Perdas Prováveis-CPC 47 (R\$ 1.733.794,02)
- Saldo R\$ 367.083,84
- XI)- Aportes financeiros para possibilitar a entrega de bens aos consorciados contemplados de grupos em andamento, com insuficiência financeira.

### 3.2. Permanente

Os bens do ativo estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos os montantes das depreciações.

#### a) Permanente – Imobilizado de Uso

As depreciações do imobilizado foram calculadas com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, sendo: Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e Equipamentos de Comunicação a taxa de 10% ao ano, Computadores e Periféricos e Intangíveis a taxa de 20% ao ano. Está assim representado:

CONTA	Dez/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação	Jun/2025
Instalações	230.939	2.519	-	90.145	143.313
Moveis e Utensílios	325.498	-	-	130.445	195.053
Máquinas e Equipamentos	55.929	2.200	1.891	18.654	37.584
Equipamentos de Comunicação	37.807	-	-	16.158	21.649
Computadores e Periféricos	575.814	6.199	-	453.383	128.630
Intangível (a)	175.626	-	-	29.271	146.355
<b>TOTAL</b>	<b>1.401.613</b>	<b>10.918</b>	<b>1.891</b>	<b>738.056</b>	<b>672.584</b>

### 3.3. Obrigações Legais, Provisões e Passivos Contingentes

#### a)- Obrigações Fiscais e Previdenciárias

CONTA	30.06.2025
Impostos e Contribuições S/ Lucros (I)	12.077
Impostos e contribuições S/ Serviços de Terceiros (II)	126.066
Impostos e Contribuições S/ Salários (III)	369.559
Outros (IV)	2.306.579
<b>TOTAL</b>	<b>2.814.281</b>

I)- Impostos e contribuições sobre lucros apurados no semestre, considerando a opção pelo Lucro Real, com levantamento de balancetes mensais para redução/suspensão dos recolhimentos, sendo 15% para IRPJ + adicional de 10% (7.548,18), e 9% da CSSL (4.528,91), após Adições/Exclusões permitidas, e compensação de prejuízos acumulados, de acordo com a legislação vigente.

II)- Refere-se a impostos e contribuições retidos nas notas fiscais dos fornecedores de produtos e serviços, para posterior recolhimento, sendo , 1,5% do IRRF, 1% da CSSL, 3% do Cofins e 0,65% do Pis, de acordo com a legislação vigente.

III)- Corresponde aos impostos e contribuições a recolher sobre folha de pagamento, bem como os encargos sociais devidos sobre as provisões de férias e 13º. salário.

IV)- O saldo contempla os impostos e contribuições a recolher sobre o faturamento e receita bruta. O ISSQN é recolhido a alíquota de 2% na matriz e 5% na filial de Goiânia/GO. Para o Pis (1,65%) e o Cofins (7,6%) utiliza o critérios de não cumulatividade, com aproveitamento de créditos de insumos intrínsecos a sua atividade.

#### b)- Obrigações P/ Recursos de Consórcio

CONTA	30.06.2025
Taxa de Administração Antecipada CPC 47 (I)	22.603.100
Recursos Não Procurados-Antes da Lei 11.795 (II)	2.300
<b>TOTAL</b>	<b>22.605.400</b>

I)- Refere-se a taxa de administração futura a apropriar sobre parcelas pagas ou não de consorciados contemplados, registrada pelo regime de competência, conforme Resolução BCB no. 120/21 e CPC 47.

II)- Refere-se a valores a devolver a consorciados ativos e desistentes/excluídos de grupos encerrados, apurados antes da vigência da Lei no. 11.795/2008, em atendimento aos normativos vigentes.

#### c)- Provisão P/ Pagamentos a Efetuar

CONTA	30.06.2025
Despesas de Pessoal (I)	465.269
Aluguéis a Pagar (II)	57.230
Fornecedores (III)	224.912
<b>TOTAL</b>	<b>747.411</b>

I)- Corresponde às provisões de férias a pagar, considerando o período aquisitivo e 1/3 constitucional, no caso das férias, e os respectivos encargos sociais. Os salários são pagos dentro do mês de competência, através de crédito em conta bancária de livre movimentação do colaborador. Eventualmente ocorre a existência de valores a pagar no mês seguinte, correspondentes a diferenças de proventos e rescisões.

II)- Refere-se a aluguel das instalações da sede da empresa, conforme contrato com Wandi da Cruz Cippiciani e Tucunaré Participações Ltda., referente a salas locadas no 9º. e 15º. Andar, respectivamente.

III)- Saldo de compromissos junto aos fornecedores de produtos e serviços, apropriado em atendimento a competência mensal. Os fornecedores são usuais e os produtos e serviços utilizados de forma recorrente.

#### d)- Passivos Contingentes

CONTA	30.06.2025
Ações Indenizatórias a Terceiros (I)	3.889.561
<b>TOTAL</b>	<b>3.889.561</b>

I)- São Processos judiciais de consorciados com pedido de restituição de valores pagos, decorrentes de cancelamento

da cota ou exclusão por inadimplência.

Na constituição das provisões a administradora leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como **PROVÁVEL**. A administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos ou a sua prescrição.

#### e)- Credores Diversos

CONTA	Jun/2025
Tarifas de Cobrança de (I)	7.940
Credores Diversos (II)	52.132
<b>TOTAL</b>	<b>60.072</b>

I)- Corresponde a tarifas de cobrança bancária debitadas nas contas vinculadas dos grupos de consórcio, conforme extratos bancários, as quais são ressarcidas no mês seguinte pela administradora.

II)- Depósito caução efetuado pela empresa de representação Financer Intermediações e Negócios-EIRELI, para cobertura de eventual prejuízo em contrato de venda de consórcio, com base em tabela especial disponibilizada pela administradora, com vencimento previsto para o mês de outubro/2025. O saldo contempla a correção pela taxa SELIC desde o início do depósito, no montante de R\$ 2.132,00.

### 3.4. Patrimônio Líquido

#### a)- Capital Social

O Capital Social em 30.06.2025, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 3.664.748 quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), todas de domiciliadas no país.

#### b)- Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de resultados apurados de períodos anteriores, de acordo com a opção tributária pelo Lucro Real, com levantamento de balancetes mensais para suspensão/redução dos recolhimentos de impostos e contribuições, em atendimento a legislação vigente. Tais reservas poderão ser destinadas a distribuição proporcional aos sócios, capitalizadas para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para operação da entidade, e usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados. Saldo em 30.06.2025: R\$ 14.494.558,82.

### 3.5. Patrimônio Líquido

#### 3.5.1. Receitas de Prestação de Serviços

CONTA	30.06.2025
Taxa de Administração de Grupo de Consórcio	61.124.924
Serviços Prestados a Consorciados	102.425
<b>TOTAL</b>	<b>61.227.349</b>

#### 3.5.2. Outras Receitas Operacionais

CONTA	30.06.2025
Recuperação de Despesas Jurídicas	21.105
Rendimentos de Aplicações Financeiras	232.747
Variação Monetária Ativa	26.425
Crédito de PIS	791.116
Crédito de COFINS	3.643.927
Recuperação de Encargos e Depesas	759.949
Descontos Obtidos	1.450
<b>TOTAL</b>	<b>5.476.719</b>

### 3.5.3. Despesas Administrativas

CONTA	30.06.2025
Água, Energia e Gás	20.239
Aluguéis	522.854
Comunicações	28.071
Pró-Labore Administradores	761.426
Manutenção e Conservação de Bens	91.365
Material	59.077
Benefícios a Funcionários	1.422.456
Encargos Sociais-FGTS-INSS	832.501
Proventos-Salários	1.979.325
Manutenção de Sistemas	845.150
Propaganda e Publicidade	3.564.251
Serviços do Sistema Financeiro	44.803
Serviços de Terceiros	44.717.907
Serviços Técnicos Especializados	765.489
Transportes	1.809
Despesas Tributárias	27.525
Viagens no País-Diretoria e Pessoa Externo	247.765
Outras	2.827.582
<b>TOTAL</b>	<b>58.759.595</b>

### 3.5.4. Outras Despesas Operacionais

CONTA	30.06.2025
Amortização de Intangível	14.635
Depreciação de Instalações	11.403
Depreciação de Móveis e Utensílios	81.221
Provisão de Ações Contrárias-Consortiados	1.539.249
Provisão Empréstimo a Grupos	1.733.794
Impostos S/ Serviços-ISSQN	1.227.993
Impostos S/ Serviços-COFINS	4.663.946
Impostos S/ Serviços-PIS	1.011.985
Despesas Não Dedutíveis	82.330
Prejuízos C/ Grupos	210.864
Despesas C/ Aquisição de Cotas	13.559
Multas Indedutíveis	1.367
<b>TOTAL</b>	<b>10.592.345</b>

### 3.5.5. Despesas Não Operacionais

CONTA	30.06.2025
Prejuízos na Alienação de Bens-Computadores e Periféricos	1.056
<b>TOTAL</b>	<b>1.056</b>

### 3.5.6. Impostos S/ Lucros

CONTA	30.06.2025
Imposto de Renda PJ	7.548
Contribuição Social PJ	4.529
<b>TOTAL</b>	<b>12.077</b>

### **3.6. Eventos Subsequentes**

Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, nas Demonstrações Contábeis encerradas em 30.06.2025.

## **4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS**

### **I- ATIVO**

#### **a)- Caixa e Equivalentes de Caixa**

Correspondem aos saldos das disponibilidades.

#### **b)- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de aplicação dos recursos dos grupos, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Os saldos representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos, e são aplicados de acordo com as diretrizes do BACEN, incluindo os valores de créditos contemplados pendentes de entrega. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva, se existente, de cada grupo, de acordo com o saldo de cada conta. Os saldos são apresentados pelo valor líquido dos impostos incorridos.

#### **c)- Outros Créditos-Direitos Junto a Consorciados contemplados**

Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas do fundo comum e fundo de reserva (se aplicável), calculados com base no valor dos bens na data do balanço, a saber:

Normais: Valor a receber dos consorciados em dia com suas parcelas.

Em Atraso: Valor a receber das parcelas vencidas, em cobrança administrativa.

Em Cobrança Judicial: Valor a receber das parcelas vencidas e vincendas, incluindo as diferenças de contribuições.

#### **d)- Ativo de Compensação**

##### **d-1)- Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados**

Representa o valor da parcela a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, considerando as contribuições ao fundo comum e fundo de reserva (se aplicável), incluindo os inadimplentes em cobrança administrativa.

##### **d-2)- Contribuições Devidas ao Grupo**

Refere-se ao total do saldo devedor a receber dos consorciados em dia, em atraso e ajuizados, considerando as contribuições ao fundo comum, fundo de reserva (se aplicável) e diferença de contribuição.

##### **d-3)- Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar**

Totalidade dos bens/créditos a serem contemplados nas assembleias futuras dos grupos, de acordo com o saldo financeiro de cada um, calculado de acordo com o preço dos bens/serviços na data de sua realização.

### **II- PASSIVO**

#### **a)- Obrigações com Consorciados**

Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisições de bens recebidas dos consorciados não contemplados, a título de fundo comum, valores recebidos antes da constituição formal dos grupos (grupos em formação), considerando as contribuições ao fundo comum, fundo de reserva (se aplicável) taxa de administração e seguro, acrescido dos rendimentos financeiros. Também estão incluídos, eventualmente, os recebimentos não

identificados por grupo/cota e depositante.

#### **b)- Valores a Repassar**

Referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora, referentes à taxa de administração, multas e juros, prêmios de seguros, multa rescisória e custas judiciais. As multas rescisórias são deduzidas dos consorciados excluídos, o seguro é repassado pela administradora às seguradoras contratadas e as custas judiciais utilizadas para recolhimento de encargos com cobrança judicial.

#### **c)- Obrigações por Contemplações a Entregar**

Correspondem ao valor de bens/créditos contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

#### **d)- Obrigações com Administradora**

A conta registra eventuais aportes de recursos efetuados aos grupos pela administradora, com vistas a cobertura financeira para cumprimento das obrigações imediatas e posterior ressarcimento. Os valores aportados no semestre e períodos anteriores aos grupos em andamento, foram parcialmente quitados.

#### **e)- Recursos a Devolver a Consorciados**

##### **e-1)- Ativos**

Valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos, referentes a pagamentos a maior de parcelas e/ou saldo devedor, considerando as contribuições ao fundo comum e fundo de reserva (se aplicável).

##### **e-2)- Excluídos/Desistentes**

Valores a devolver aos consorciados excluídos e desistentes, deduzido da multa rescisória em favor da administradora e dos grupos, representados pelas contribuições somente ao fundo comum, considerando o percentual pago ao valor do bem vigente na última assembleia de contemplação do grupo, acrescido dos rendimentos financeiros dos recursos aplicados. Os pagamentos são efetuados por ocasião da contemplação por sorteio da referida cota.

#### **f)- Recursos do Grupo**

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, incluindo o fundo de reserva (se aplicável), rendimentos de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, multa rescisória, atualização de direitos e obrigações, deduzidos de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança (valores irrecuperáveis).

#### **g)- Passivo de Compensação**

##### **g-1)- Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados**

Demonstram a previsão de contribuições a receber de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis, relativas a fundo comum e fundo de reserva (se aplicável). O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2025.

##### **g-2)- Obrigações do Grupo por Contribuições**

Referem-se aos valores totais das contribuições de fundo comum e fundo de reserva (se aplicável) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto em 30.06.2025.

### g-3)- Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens/créditos a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor do bem objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2025..

### III- Informações Físicas dos Grupos em Andamento

Situação dos grupos de consórcios administrados pela entidade, em 30 de junho de 2025.:

DESCRIÇÃO	30.06.2025
Quantidade de Grupos Administrados	23
Quantidade de Consorciados Ativos	19.171
Quantidade de Consorciados Contemplados	3.978
Quantidade de Consorciados Não Contemplados	15.193
Quantidade de Consorciados Excluídos	78.238
Quantidade de Bens Entregues	3.305
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	673
Quantidade de Participantes Quitados	406
Consoiciados Inadimplentes Contemplados	1.206
Consoiciados Inadimplentes Não Contemplados	6.502
Taxa de Inadimplência de Contemplados	30.32%
Taxa de Inadimplência de Não Contemplados	42.80%
Taxa de Inadimplência Total	40.21%

## 5. Outras Informações

### 5.1. Resolução BCB no. 120/2021-CPC47

Em atendimento aos normativos acima, foram adotadas as seguintes premissas:

- 1- Foi considerado somente as cotas Contempladas, independentemente dos bens terem sido entregues ou não.
- 2- As receitas e os custos com comissões consideraram o prazo remanescente entre a data da contemplação e o prazo da cota, inclusive pelo rateio linear.
- 3- As cotas Não Contempladas não entraram no mesmo critério, pois a obrigação da performance previsto no item 35 do CPC 47, não foi alcançada na medida que o cliente não contemplado ainda não recebeu o benefício, que é a utilização do crédito, e pela livre decisão de ser excluído do grupo e não estar mais obrigado a pagar a taxa de administração.
- 4- Assim que as cotas passem da situação de Não Contemplada para Contemplada, elas serão consideradas juntamente com as demais Cotas Contempladas apropriadas anteriormente.

#### 5.1.1. Taxa de Administração Futura

Foi apropriada a totalidade da taxa de administração futura a receber, gerada no fechamento do demonstrativo mensal de todos os consorciados Ativos Contemplados com bens entregues ou não, em dia ou atrasados, cujos valores irão compor o resultado (Receita) nos períodos seguintes, de acordo com o prazo de cada cota, pelo regime de competência. Os Valores foram contabilizados no Ativo da Administradora a conta SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER (Taxa Administração a Receber-CPC47), em contrapartida a conta RECURSOS PENDENTES DE RECEBIMENTO no Passivo (Taxa Administração Antecipada-CPC47). cuja função é a de registrar as receitas recebidas antecipadamente e a apropriar, por competência em períodos futuros.

### 5.1.2. Despesas com Comissões

Os custos com as comissões das cotas de consorciados contemplados, ainda não incorridos, foram apropriados a conta 1.8.7.70.00.00-5-CUSTO INCREMENTAL PARA OBTENÇÃO DO CONTRATO DE CONSORCIO (Ativo) em contrapartida a conta DESPESAS DE COMISSÕES S/ VENDAS. Para apuração deste custo incremental, considerou-se o valor total da comissão a incorrer entre a data da contemplação e o prazo de duração da cota. Os valores efetivamente incorridos são apropriados em conta específica no resultado do mês.

## 5.2. Implementação da Resolução Bacen No. 352/2023

**A implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução BACEN No. 352/2023, apresenta critérios e definições para identificação dos seguintes itens:**

- 1- Avaliar quais ativos e passivos serão objeto de reconhecimento contábil para atendimento ao referido normativo, de acordo com o modelo de negócio da empresa.
- 2- Critérios para classificação e mensuração dos ativos e passivos identificados.
- 3- Critérios para identificação dos ativos que poderão apresentar problemas de recuperação de crédito.
- 4- Definição de taxas para Provisão P/ Perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provenientes de problemas com recuperação de crédito.
- 5- Critérios para designação e o reconhecimento das relações de proteção dos ativos, denominada Contabilidade de Hedge.
- 6- Identificação de possíveis impactos orçamentários significativos em suas operações e respectivas Demonstrações Financeiras.

**5.2.1-** A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está classificada e demonstrada na categoria Valor Justo no Resultado, os quais são geridos dentro do modelo de negócios da empresa, nas modalidades CDB DI, CDB FÁCIL, COMPROMISSADA e CDB DI EMPRESA, junto ao Banco Santander S/A e Banco Bradesco S/A, respectivamente. Os saldos estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia e ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

**5.2.2-** As perdas esperadas associadas ao risco de créditos, decorrentes de aportes financeiros aos grupos de consórcio encerrados em períodos anteriores (Itens j e j-1), e com deficiência financeira para cumprimento de suas obrigações junto aos consorciados ativos e excluídos, estão demonstradas conforme a Resolução BCB nº 352, de 2023, e suas realizações dependem do êxito na cobrança dos consorciados inadimplentes, em cobrança judicial, cujos montantes refletirão nos resultados dos exercícios futuros.

**5.2.3-** Considerando o art. 75 da Resolução BCB nº 352, de 2023, a Administradora não possui Ativos e Passivos Financeiros, que poderiam ser objeto de aplicação da taxa efetiva de juros, sobre os valores eventualmente apropriados.

**5.2.4-** A cessação de reconhecimento de juros (stop accrual) não é aplicável, tendo em vista que a Administradora, em 30.06.2025, não possuía ativos financeiros que estavam em stop accrual e na condição de ativos problemáticos.

**5.2.5-** A Administradora não prevê impactos relevantes nos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, pois os mesmos correspondem apenas a valores já compensados com os débitos correntes, através de pedido efetuado por PerdComp, aguardando decisão da análise e homologação da autoridade fiscalizadora (Receita Federal), para as providências da baixa contábil.

## 5.3. Comparabilidade

A KSK Consórcio optou pela dispensa da apresentação comparativa das demonstrações financeiras da data base de 30.06.2025, em relação aos períodos anteriores, prevista no Art. 102, da Resolução BCB No. 352, de 23.11.2023.

Em 30 de junho de 2025, a KSK Administradora de Consórcio Ltda., não possui operação com Instrumentos Financeiros Derivativos. Os ativos financeiros têm liquidez imediata e os passivos financeiros são de curto prazo, exceto as provisões de ações judiciais, que aguardam o correspondente julgamento e decisão final.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores em 22.08.2025.

Barueri, 30 de junho de 2025

**YVONNE**  
**KASINSKY:9**  
**1083532804**

Assinado de forma  
digital por YVONNE  
KASINSKY:91083532804  
Dados: 2025.09.30  
10:18:24 -03'00'

Yvonne Kasinsky  
Administradora

 **LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES**  
Data: 29/09/2025 15:36:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Andrade Coelho Rodrigues  
Administrador

 **LUIS MARCOS DA COSTA**  
Data: 29/09/2025 15:27:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luís Marcos da Costa  
Administrador

Vincent da Silva Beraldo  
Contador – CRC/SP: 352061/O-5

Aos sócios e administradores da  
**KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
Barueri/SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa **KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, em **30 de junho de 2025**, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos recursos de consórcio consolidada e a demonstração das variações nas disponibilidades de grupos consolidada, para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa **KSK ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**, em **30 de junho de 2025**, o desempenho de suas operações, bem como a posição consolidada dos grupos de consórcio por ela administrados, de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas as demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2025, itens **5.1, 5.1.1, 5.1.2 e 5.2** e seus subitens, considerados importantes para entendimento das demonstrações financeiras:

**5.1.** Critérios utilizados na adoção da Resolução BCB 120/2021 ocorrida em 09.2024 que trata dos critérios para apropriação das receitas e despesas "PRÓ RATA TEMPORIS" descrevendo nos itens **5.1.1.** e **5.1.2.** a apuração e critérios de contabilização das receitas com taxa de administração futura e apropriações dos custos com comissões, respectivamente.

**5.2.** A Resolução BCB 352 de 23.11.2023 prevê em seu artigo nº 101 que as administradoras de consórcios devem divulgar nas notas explicativas as demonstrações financeiras os impactos estimados pela implementação a partir de 01.01.2025 no resultado e posição financeira, cuja nota (**5.2.**) trouxe informações das praticas adotados com seus instrumentos financeiros.

### **Outros Assuntos**

Em razão do estabelecido no Artigo 102 da Resolução BCB 352 de 23.11.2023 as demonstrações financeiras em 30.06.2025 não estão sendo apresentadas comparativamente com aos períodos anteriores.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de

Edson José Gishi  
Auditor  
Ct. CRC-1SP-168.8910-8

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 21 de agosto de 2025

**AREZU AUDITORIA E CONTABILIDADE S/A**

CRC-2SP023952/O-8

**Edson Shei Oishi**

CT-CRC: 1SP183489/O-8

Edson Shei Oishi  
Auditor  
CT. CRC 1SP 183489/O-8